



**ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALMADA
SESSÃO SOLENE COMEMORATIVA DO
37º ANIVERSÁRIO DO 25 DE ABRIL DE 1974**

29 DE ABRIL DE 2011

Sr. Presidente da Assembleia Municipal de Almada
Senhoras e Senhores Deputados Municipais
Senhora e Senhores Vereadores
Digníssimos Convidados
Estimados Munícipes

Celebrámos em festa, com o Povo nas ruas de Almada, na Avenida da Liberdade em Lisboa, e em tantas e tantas outras ruas e praças do nosso País, na passada segunda-feira dia 25 de Abril, o 37º Aniversário da Revolução de Abril, esse que é um dos mais empolgantes e extraordinários actos da História de quase nove séculos do Povo Português e da Nação Portuguesa, e conjuntamente com a implantação da República em 5 de Outubro de 1910, é seguramente o mais importante e significativo acto da História recente dos Portugueses na construção de um País mais próspero, mais fraterno e mais desenvolvido.

Celebramos hoje num registo institucional também importante, e naquela que é por excelência a Casa da Democracia no nosso Concelho, a Assembleia Municipal, o nosso Parlamento Local, aquele dia de libertação do jugo da opressão, assinalando solenemente a nossa profunda homenagem à gesta corajosa, solidária e profundamente humanista dos Capitães de Abril e dos Soldados de Abril que, interpretando com justiça e com justeza os legítimos anseios de Liberdade e Democracia do Povo Português, assumiram como dever patriótico pôr fim à ditadura fascista que nos oprimiu e violentou a todos durante quase metade do século passado, abrindo as portas à construção de um País novo, digno e desenvolvido.

É por isso para mim uma extraordinária honra, enquanto Presidente da Câmara Municipal de Almada, dirigir-me neste momento solene a todos vós, representantes legítimos da vontade do Povo de Almada neste processo de construção de um futuro melhor para todos. Entendo, com a convicção plena de que é justo assim pensar, que entre as muitas conquistas de grande relevo e importância que o Povo Português alcançou com o 25 de Abril de 1974, podemos identificar uma que inequivocamente se vem afirmando, nestes 37 anos de Liberdade, como um dos pilares mais importantes do Regime Democrático que então começámos a construir – essa conquista tão especial chama-se Poder Local Democrático.

Poder Local Democrático que levou até ao mais recôndito local do nosso território, pela intervenção dedicada e empenhada de milhares e milhares de mulheres e homens que



abraçaram a gigantesca tarefa de promover nas aldeias, vilas, cidades e regiões do nosso País uma profundíssima transformação do nosso território e da nossa forma de vida.

Onde em Abril de 1974 nada existia, quando todo o Povo vivia deprimido e sem perspectivas de futuro, onde o atraso e o subdesenvolvimento em matéria de infra-estruturas atirava o nosso país para um patamar muito próximo do simples limiar da sobrevivência milhões de cidadãos, o Poder Local Democrático, as mulheres e homens que se empenharam de alma e coração neste processo profundamente transformador e progressista, lançou com determinação “mãos à obra”, contribuindo de forma ímpar para a dignificação de Portugal e dos Portugueses.

Celebrar Abril é, por isso, celebrar também esta importantíssima realidade que é o Poder Local Democrático instituído há 35 anos em Portugal. Mas celebrar Abril é igualmente e sobretudo, afirmar com toda a convicção e veemência a necessidade imperiosa deste pilar essencial do Portugal Democrático e de Abril ser aprofundado e solidamente defendido, enquanto factor imprescindível à consolidação do processo de desenvolvimento que encetámos há 37 anos.

Porque infelizmente, Senhoras e Senhores Deputados Municipais, Estimados Concidadãos e Concidadãs, no horizonte do Poder Local Democrático, como no horizonte dos Portugueses em geral, adensam-se hoje nuvens negras, que podem vir a fazer desabar sobre esta conquista fundadora do próprio regime democrático português, um verdadeiro dilúvio que significará a sua profunda descaracterização e representará necessariamente, a consumir-se, um enorme retrocesso civilizacional de consequências gravíssimas para a qualidade de vida de milhões de Portugueses.

Uma visão puramente economicista do Poder Local Democrático ameaça instalar-se no nosso País com aquilo que algumas forças políticas apelidam de “reforma” do mapa autárquico português.

A “reforma” de que falam, por aquilo que conhecemos neste momento a partir das intenções anunciadas, traduzir-se-ia no entanto não numa verdadeira reforma do mapa autárquico, mas num “corte a oito” no número de freguesias, no número de municípios e no número de eleitos locais, parecendo ser esta mais uma das respostas – demagógicas e irresponsáveis – à apregoada necessidade de “poupar” uns euros ao erário público através da igualmente demagógica e irresponsável tese de que é necessário fazer “emagrecer” o Estado a qualquer custo e a qualquer preço, dizemos nós.

Para além desta questão interna, anuncia-se também já uma verdadeira ingerência externa neste domínio, circulando notícias de que uma das imposições que poderá ser feita ao nosso País e ao nosso Povo no quadro da intervenção do Fundo Monetário Internacional, será precisamente a de redução drástica do número de autarquias e eleitos, mas também dos fundos nacionais destinados às autarquias locais.



A concretizar-se esta realidade, ela enquadrar-se-á, obviamente, numa ofensiva contra o Poder Local Democrático que apenas poderá ser interpretada como mais uma clara tentativa de asfixiar a capacidade de intervenção e de concretização dos Municípios e das Freguesias, facto que irá agravar ainda mais as repercussões dramáticas na qualidade de vida da generalidade das populações em todo o País.

Acredito que Portugal, e os Portugueses, precisam efectivamente de uma reforma do mapa autárquico nacional. Mas a reforma que falta fazer neste quadro é, simplesmente, o cumprimento estrito da letra e do espírito da Constituição da República Portuguesa: que sejam instituídas de facto as Regiões Administrativas, dotadas de legitimidade democrática por eleição directa e universal dos cidadãos.

Esta é a reforma que está por fazer. O comportamento político daqueles que se afirmam como os maiores partidos políticos na cena nacional, é nesta matéria específica mais do que incompreensível. Senão vejamos, para a adesão à União Europeia e à moeda única não sentiram a necessidade de consultar a opinião dos portugueses e das portuguesas em referendo. Mas relativamente ao cumprimento da determinação constitucional de instituição das Regiões Administrativas no nosso País entenderam o contrário.

Esta teimosia política representa politicamente um desrespeito grosseiro pela Constituição da República Portuguesa, e representa em termos económicos e de desenvolvimento do País uma das principais causas para a situação de atraso estrutural que prevalece em todas as regiões do País governadas por órgãos não eleitos, nomeadas pelo Poder Central como acontecia com as Câmaras e Freguesias antes do 25 de Abril de 1974.

Uma das consequências mais gravosas para todo o povo português desta situação sentimo-la quotidianamente na pele. Portugal tem beneficiado de fundos comunitários desde a entrada para a União Europeia traduzidos em fundos estruturais para investimento, que têm sido deficientemente aplicados face à inexistência de Regiões Administrativas capazes de planear e gerir, com toda a exigível autonomia, aqueles fundos em prol do seu desenvolvimento socioeconómico, e do progresso de Portugal enquanto País soberano e produtor de riqueza.

É evidente para todos, certamente, que quanto mais próxima dos problemas e das populações for feita a gestão dos recursos disponíveis, mais rentáveis eles são e melhores resultados produzem. A gestão dos fundos estruturais centralizada nos ministérios na capital, longe do país real, tem conduzido a um deficiente aproveitamento das oportunidades de desenvolvimento e de coesão social e territorial do nosso País.

Senhoras e Senhores Deputados Municipais, Senhoras e Senhores Múncipes,

Não posso deixar de sublinhar, na oportunidade em que celebramos o 37º Aniversário da Revolução de Abril e os 35 anos do Poder Local Democrático, o flagrante contraste entre a nossa realidade concelhia em Almada e a situação que se vive no nosso país.



Num momento em que o Governo se vira para um pedido de auxílio externo tornado imperioso pela insistência no prosseguimento de uma política que não serve os interesses nacionais, o processo sério e rigoroso da gestão autárquica que prosseguimos em Almada desde a instituição do Poder Local Democrático, permite-nos afirmar que vivemos uma situação diferente, de relativa estabilidade, que nos permite satisfazer os compromissos que assumimos quer com os trabalhadores quer com terceiros, e que nos tem permitido prosseguir um programa de investimentos municipal que constitui um significativo e importante estímulo à actividade económica das empresas, contribuindo por essa via para atenuar os efeitos da profunda e generalizada crise que se vive no País.

Mesmo perante um quadro incerto quanto ao futuro, que se desenha perante nós sombrio e pleno de dificuldades, continuamos firmemente convictos de que existem vias de desenvolvimento, progresso e bem estar que não passam, necessariamente, pela exigência de sempre mais e mais sacrifícios ao Povo, aos Trabalhadores, àqueles que menos podem e menos têm. Existem caminhos alternativos à política profundamente negativa que tem sido prosseguida em Portugal, caminhos que começaram a ser desbravados em 25 de Abril de 1974, dos quais nos quisermos e continuam a querer afastar, mas que pela vontade e determinação do Povo poderão ser retomados e concretizados, porque em Portugal ainda é o Povo quem mais ordena.

Por isso, Senhoras e Senhores Deputados, caros Munícipes, é com muita esperança que termino com as sábias palavras do Poeta:

“Agora que já floriu
a esperança na nossa terra
as portas que Abril abriu
nunca mais ninguém as cerra.”

Viva o 25 de Abril!
Viva o Poder Local Democrático!
Viva Portugal!